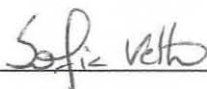


## DELIBERAÇÃO


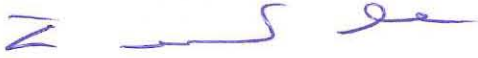


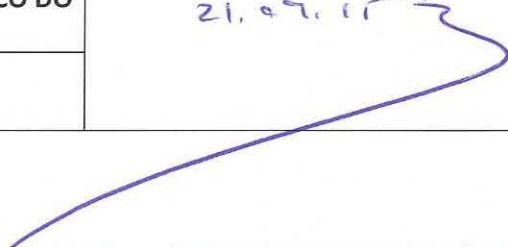
**\_\_5.1 - DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR NA MODALIDADE DE PROJETO DE INTERVENÇÃO EM ESPAÇO RÚSTICO DO NÚCLEO DE PEDREIRAS DAS PEDRAS FINAS – Aprovação.** A Câmara Municipal **deliberou por maioria** com seis votos a favor e um voto contra do Sr. Vereador Dr. Filipe Viana, de acordo com a informação prestada pelo Chefe da Divisão de Estudos e Planeamento, para os devidos efeitos, declarar a inexistência de compromissos urbanísticos na área de intervenção do PIER-NPPF. O Sr. Vereador Dr. Filipe Viana apresentou declaração de voto, que se anexa à presente ata como documento número um e, se considera como fazendo parte integrante da mesma. \_\_\_\_\_

**Reunião da Câmara Municipal de 28 de setembro de 2015,**

**A CHEFE DE DIVISÃO,**



Sofia Velho (Dr<sup>a</sup>)

	refª: rp/41.15 Data 16 de Setembro de 2015	<b>Despacho:</b>     
<b>ASSUNTO:</b> <b>DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR NA MODALIDADE DE PROJETO DE INTERVENÇÃO EM ESPAÇO RÚSTICO DO NÚCLEO DE PEDREIRAS DAS PEDRAS FINAS</b>		
De: Chefe da DEP	Para: Sr. Presidente	

Considerando que:

- a) A elaboração do Plano de Pormenor do Núcleo de Pedreiras das Pedras Finas (PIER-NPPF) na modalidade de Projeto de Intervenção em Espaço Rústico e respetivos Termos de Referência foram aprovados pela Câmara Municipal de Ponte de Lima, em 17 de março de 2014, os quais acompanharam a deliberação que determina a elaboração do PIER-NPPF, publicada no Diário da República, através do Aviso n.º 4576/2014, em 3 de abril;
- b) A declaração de compromissos urbanísticos constitui um elemento que acompanha o Plano, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, em particular nos termos do art.º 107.º, número 4, alínea c);
- c) Nos termos daquela disposição legal entende-se por compromissos urbanísticos “a existência de alvarás de licença e dos títulos de comunicação prévia de operações urbanísticas emitidos, bem como das informações prévias favoráveis em vigor”;
- a) Foi solicitado à Divisão de Obras e Urbanismo, da Câmara Municipal de Ponte de Lima, o levantamento de eventuais compromissos urbanísticos para a área de intervenção da proposta de PIER-NPPF, concluindo-se não existirem compromissos urbanísticos para a área em causa, pelo que se anexa a correspondente Declaração do Chefe da Divisão de Obras e Urbanismo.

Para os devidos efeitos proponho que a Câmara Municipal de Ponte de Lima declare a inexistência de compromissos urbanísticos na área de intervenção do PIER-NPPF.

O chefe da Divisão de Estudos e Planeamento

  
Rogério Margalho

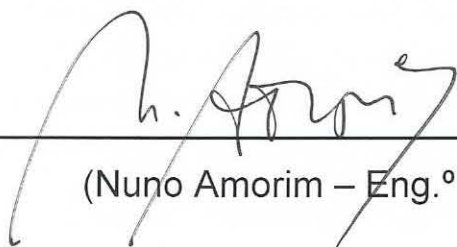
## DECLARAÇÃO

-----ENGENHEIRO NUNO LABOREIRO MEIRA DE AMORIM, CHEFE DE  
DIVISÃO MUNICIPAL DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO DA  
CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PONTE DE LIMA-----

-----DECLARO, para os devidos efeitos que para a área de intervenção da  
proposta de **PIER – NPPF** (Projeto de intervenção em Espaço Rústico – Núcleo  
de Pedreiras das Pedras Finas), não existem quaisquer alvarás de licença,  
títulos de comunicação prévia de operações urbanísticas, bem como  
informações prévias favoráveis em vigor, ou qualquer outro compromisso  
urbanístico.-----

-----CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, DEZOITO DE SETEMBRO  
DO ANO DOIS MIL E QUINZE.-----

O CHEFE DE DIVISAO MUNICIPAL,



(Nuno Amorim – Eng.º)



**DECLARAÇÃO DE VOTO**

FILIPPE VIANA, Vereador eleito na lista independente do **MOVIMENTO 51**, vem, no exercício das suas funções, declarar o seu voto contra, no âmbito dos pontos 2.1; 3.1; 4.3; 4.4 - 5.1 - 5.12, com os fundamentos e considerandos seguintes:

- 1 – Considerando que não lhe foram juntos os respectivos documentos para sustentar a decisão em causa, com violação legal da Lei das Autarquias Locais e dos mais elementares direitos democráticos;
- 2 – Considerando que na reunião de hoje, o ora Vereador não recebeu a respectiva documentação do ponto em causa, uma regra geral no anterior e neste mandato, razão pela qual também o ora Vereador se viu forçado a intentar a competente acção judicial para o efeito;
- 3 – Considerando que a nossa forma de estar implica a envolvência de todos os agentes autárquicos na realização dum projecto em comum; cfr.: orçamento participativo e participação de ideias;
- 4 – Considerando que a política de falta de hábito democrático continua, numa lógica de imposição e não de diálogo construtivo;
- 5 – Considerando que a nossa Vila de Ponte de Lima, com 890 anos de existência, nos merece o maior respeito pela história dos nossos antepassados, bem como na esteira do princípio da representatividade e do espírito democrático das nossas raízes.

Face ao expendido, em coerência democrática e com mundividência diferente de considerar o princípio da representatividade, pelas pessoas e pelo nosso território, voto contra.

Ponte de Lima, 28 de Setembro de 2015,

O Vereador do Movimento 51,

(Filipe Viana)